

**RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.244.754 -  
RN (2018/0027611-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : FABIOLA BARROS BATISTA XAVIER**  
**ADVOGADO : JULIA JALES DE LIRA SILVA SOUTO - RN006094**  
**RECORRIDO : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PROCURADORA : ANA CAROLINA MONTE PROCÓPIO DE ARAÚJO E  
OUTRO(S) - RN003367**

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO  
CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO  
EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA. INCIDÊNCIA DA  
SÚMULA 281/STF. RECURSO NÃO ADMITIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por FABIOLA BARROS BATISTA XAVIER, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão monocrática proferida pelo Ministro Og Fernandes, assim motivada (fl. 316):

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado pelo Estado do Rio Grande do Norte contra decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial.

O agravante alega que não incide o óbice da Súmula 7 do STJ, pois basta uma valoração dos fatos dos autos.

Sustenta que houve violação dos arts. 57, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, 58 da Lei n. 8.213/1992, porquanto é necessário laudo pericial atestando a condição de insalubridade em que a recorrida está submetida.

É o relatório.

Verifico que assiste razão ao agravante.

Assim, conforme facultado pelo art. 259, § 3º, do RISTJ, reconsidero a decisão agravada e procedo a novo exame do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional em oposição a acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 199-200):

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE  
SEGURANÇA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA  
SUSCITADA PELO SECRETÁRIO ESTADUAL DA  
ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS.  
DESCABIMENTO. ATO COMPLEXO. AUTORIDADE QUE  
DETÉM COMPETÊNCIA PARA PERFECTIBILIZAÇÃO DO ATO  
APOSENTADOR. PRECEDENTES DESTA CORTE. MÉRITO:  
SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. MÉDICA.

APOSENTADORIA ESPECIAL POR EXERCÍCIO DE ATIVIDADE INSALUBRE. PEDIDO INDEFERIDO PELAS AUTORIDADES IMPETRADAS. FICHAS FINANCEIRAS E CONTRACHEQUES QUE COMPROVAM O EXERCÍCIO DE TRABALHO PERMANENTE, NÃO OCASIONAL NEM INTERMITENTE, PRESTADO, POR MAIS DE 25 ANOS, SOB CONDIÇÕES INSALUBRES. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO MEDIANTE LAUDO PERICIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE Nº 33 DO STF. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PRECEDENTES DESTA CORTE. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 233-238).

O recorrente alega afronta ao art. 57 da Lei n. 8.213/1991, porquanto inexistente nos autos documento apto a comprovar o exercício do trabalho insalubre exercido pela recorrida para fins de aposentadoria especial.

Decido.

Esta Corte Superior firmou entendimento de que o "pagamento do pretendido adicional de insalubridade está condicionado ao laudo que prova efetivamente as condições insalubres a que estão submetidos os servidores, assim, não cabe seu pagamento pelo período que antecedeu a perícia e a formalização do laudo comprobatório, devendo ser afastada a possibilidade de presumir-se insalubridade em épocas passadas, emprestando-se efeitos retroativos a laudo pericial atual" (REsp. 1.400.637/RS, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 24/11/2015)".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. SÚMULA 284/STF. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. GRAU MÁXIMO RECONHECIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. TERMO INICIAL. LAUDO PERICIAL. EFEITOS RETROATIVOS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não se conhece do Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. Em relação à tese recursal de ilegitimidade passiva da União, o Recurso Especial é manifestamente inadmissível, por falta de prequestionamento, pelo que incide, na espécie, o óbice do enunciado da Súmula 211/STJ.

3. Quanto aos elementos de convicção para concessão do adicional de insalubridade ao grau máximo, a Corte a quo resolveu a questão com base nas provas dos autos e na análise do laudo pericial, o que importa dizer que, para infirmar as conclusões do acórdão recorrido, necessário reexame do conjunto fático-probatório, obstado pela Súmula 7/STJ.

4. A jurisprudência do STJ entende que o pagamento do adicional de insalubridade está condicionado ao laudo que prova efetivamente as condições insalubres a que estão submetidos os Servidores. Assim, não cabe seu pagamento pelo período que antecedeu a perícia e a formalização do laudo comprobatório, devendo ser afastada a possibilidade de presumir insalubridade em

**épocas passadas, emprestando-se efeitos retroativos a laudo pericial atual** (REsp 1.400.637/RS, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 24.11.2015).

5. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido a fim de determinar o termo inicial do adicional de insalubridade à data do laudo pericial.

(REsp 1.652.391/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 17/5/2017, grifos acrescidos)

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. LAUDO PERICIAL. EFEITOS RETROATIVOS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A suscitada violação do art. 535 do Código de Processo Civil foi deduzida de modo genérico, o que justifica a aplicação da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

2. "A jurisprudência do STJ é no sentido de que o pagamento do pretendido adicional de insalubridade está condicionado ao laudo que prova efetivamente as condições insalubres a que estão submetidos os servidores, assim, não cabe seu pagamento pelo período que antecedeu a perícia e a formalização do laudo comprobatório, devendo ser afastada a possibilidade de presumir-se insalubridade em épocas passadas, emprestando-se efeitos retroativos a laudo pericial atual" (REsp 1.400.637/RS, Relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 17/11/2015, DJe 24/11/2015).

3. Recurso especial a que se dá provimento.

(REsp 1.606.212/ES, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, DJe 20/9/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, "b", do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Considerando que, na origem, se trata de ação mandamental, fica ressalvado o acesso às vias ordinárias para eventual comprovação do direito alegado.

Publique-se. Intimem-se.

Daí, foram opostos embargos de declaração, que foram rejeitados também por decisão monocrática do relator (fl. 339/341).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 347/360), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que a decisão recorrida viola o artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

As contrarrazões não foram apresentadas.

É o relatório.

Extrai-se dos autos que o recurso extraordinário ora em análise foi interposto contra decisão monocrática desta Corte, quando ainda cabível o manejo do agravo interno para julgamento pelo respectivo colegiado.

Ocorre, porém, que, nos termos do artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento, mediante

recurso extraordinário, das causas decididas em única ou última instância.

Dessa forma, diante da ausência de esgotamento das vias recursais nesta instância especial, forçoso reconhecer a incidência do Enunciado 281 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes de ambas as Turmas do Excelso Pretório:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO STJ. ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 281/STF. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Cumpre ao recorrente esgotar todos os recursos ordinários cabíveis nas instâncias ordinárias. No caso, o Recurso Extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do RESP 1.334.254/BA, o que atrai o óbice descrito na Súmula 281/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada). 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 1.113.708 AgR, Relator: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-153 DIVULG 31-07-2018 PUBLIC 01-08-2018)

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois ainda era cabível a interposição de agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC). 3. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, pois não houve condenação do agravante em honorários advocatícios. (ARE 1.048.180 AgR, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 30/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-177 DIVULG 10-08-2017 PUBLIC 14-08-2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente